

O ESCÂNDALO POLÍTICO NO GOVERNO LULA E SUA CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA: REPRESENTAÇÃO E METÁFORA

Ruberval Ferreira*

RESUMO

Este trabalho consiste na investigação dos processos lingüísticos envolvidos na construção discursivo-midiática de um episódio ocorrido no governo Lula que ficou conhecido como o “escândalo do mensalão”. Ele traz uma discussão sobre as formas de investimento de sentido que constituem esse evento midiático e suas implicações éticas e políticas. A análise toma como referência a discussão que Fairclough (2001, 2003) propõe sobre os processos metafóricos, a teorização que Thompson (2002) propõe sobre o “escândalo político” enquanto fenômeno midiático e algumas questões postas pela semiótica cultural no que diz respeito à análise da cor como informação.

Palavras-chave: Mídia, Escândalo político, Representação, Metáfora.

ABSTRACT

This paper is about an investigation of the linguistic processes involved in the discourse and media construction of a Lula government episode known as “escândalo do mensalão” (monthly bribery scandal). It discusses the meanings invested in this media event as well as its political and ethical implications. The analysis is based on Fairclough's discussions (2001 and 2002) on metaphorical processes, on Thompson's theory (2002) of a “political scandal” as a media phenomenon, and some issues proposed by cultural semiotics such as the analysis of color as information.

Keywords: Mass-media, Political scandal, Representation, Metaphor.

* Doutor em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e professor adjunto do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada/PosLA do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará.

Introdução

A segunda metade do século XX marca a consolidação de uma sociedade constituída visceralmente pelo poder dos meios de comunicação de massa. Para muitos cientistas políticos e teóricos da comunicação, estamos vivendo numa sociedade essencialmente midiática “que faz do espetáculo sua maneira de ser”. No cenário político contemporâneo, a mídia tem-se mostrado cada vez mais uma instância geradora de sistemas de representação que são utilizados tanto para construir uma compreensão da sociedade como para desencadear formas distintas de ação. As mídias não implicam só transmissão de informação. Seus modos de funcionamento criam formas de ação que mostram como essa instância molda e transforma a vida social e política.

Nesse contexto, um dos espetáculos midiáticos mais recorrentes no cenário político contemporâneo é o chamado “escândalo político”, fenômeno discursivo-midiático que vem provocando inúmeras discussões em diversos domínios, sobretudo na ciência política e nos estudos dos chamados *mass-media*.

As novas tecnologias que surgiram, sobretudo no campo dos meios de comunicação, provocaram transformações sociais e políticas que moldaram as sociedades modernas. Nos últimos anos, acompanhamos a publicização de diversos escândalos políticos, tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Seja envolvendo escândalos sexuais, casos de corrupção ou outras ações supostamente questionáveis, a mídia tem demonstrado a força de suas armas simbólicas não apenas na forma como esses “fatos” são construídos, mas, sobretudo, na forma como se dão suas conseqüências. Nesse sentido, o que vem sendo pensado nas recentes discussões de alguns renomados teóricos da mídia como “escândalo político” pode nos ajudar a entender uma parte das transformações pelas quais vem passando essas sociedades.

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro foi sacudido por esse fenômeno tão típico das sociedades midiáticas. Em maio de 2005, uma denúncia de corrupção nos correios e no Instituto de Resseguros do Brasil, pela revista *Veja*, gerou uma crise no governo Lula que levou alguns retóricos da grande mídia nacional e até internacional a professar a morte política desse governo. Esta denúncia desencadeou uma outra, que ficou conhecida como o “escândalo do mensalão”, episódio que ocupou por um largo período a mídia brasileira, chegando a ter repercussão internacional.

Este trabalho consiste, assim, na investigação de alguns processos lingüísticos e de alguns recursos visuais que participam da construção discursiva desse “escândalo político”, ou seja, de seu investimento de sentidos, e suas implicações éticas e políticas. O dispositivo midiático analisado é a revista *Veja*. Foram analisadas 13 (treze) edições, que correspondem ao período que se estende da denúncia do caso de corrupção nos Correios, edição 1905, de 18 de maio de 2005, até a edição do dia 17-8-2005, que mostra o que poderia ter sido a conseqüência mais radical desse escândalo, ou seja, o possível *impeachment* do presidente Lula. Neste trabalho, estão sendo considerados os recursos lingüísticos e visuais apenas das capas das referidas edições. Veremos mais a frente que o conjunto dessas edições caracteriza um *crescendum* de denúncias que culmina com a edição que coloca o *impeachment* do presidente como uma possibilidade concreta.

O conceito de “escândalo político” está sendo tomado neste trabalho a partir da teorização que Thompson propõe sobre este fenômeno, segundo ele, típico das sociedades midiáticas.

Escândalos são lutas sociais que são travadas no espaço público e que são constituídas por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam, bem como pelas ações e atos de fala daqueles que estão no centro das acusações e se vêem presos no drama que se desenrola. (THOMPSON, 2002, p. 296)

O elemento que está em destaque aqui é o aspecto midiático desse tipo de construção. O “escândalo político”, na forma como é teorizado por Thompson, é um fenômeno essencialmente midiático, um evento de mídia.

No rastro deste aspecto, este trabalho traz, assim, considerações sobre alguns dos processos metafóricos por meio dos quais o chamado “escândalo do mensalão” foi construído. Tais considerações tomam como referência elementos lingüísticos e visuais. Em relação aos elementos lingüísticos, estão sendo considerados os títulos e os subtítulos das capas. Quanto aos elementos visuais, estão sendo considerados tipos de imagem, formatos, distribuição dos objetos e cores. O interesse é ver como esses elementos participam do processo de construção ou investimento de sentidos para o evento em questão.

A análise procura chamar a atenção para as implicações do conjunto de estratégias de investimento de sentido que, ao mesmo tempo em que opera uma forma específica de construção ou representação de um episódio, pensado aqui a partir da categoria “escândalo político”, constitui também uma forma específica de estruturação dos significados de uma prática que, como veremos, foi assimilada ao partido do governo e ao próprio governo e seus principais membros, de forma a produzir um efeito geral de sentido de desqualificação.

Como as mídias constituem uma esfera social e discursiva, uma espécie de ator político que, não escapando das contradições e dos conflitos que constituem o social como um todo, em sua dimensão antagônica e agonística, têm um tipo específico de inscrição histórica na luta hegemônica, que é uma luta pelo controle do sentido, a análise volta-se, entre outras coisas, para investigar como os processos de investimento de sentido em questão manifestam essa luta e, assim, as tensões sociais na linguagem. Em termos mais específicos, as tensões entre os *media* e o campo social da política, e, além disso, o que essas tensões implicam em termos ético-políticos.

1. Metáfora, Pensamento e Ação

A significação das coisas por meio de processos metafóricos constitui uma forma específica de estruturação de uma realidade, forma esta que terá inevitavelmente implicações. As metáforas, conforme lembram autores como Fairclough (2001, p. 241), “estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental”.

Embora o pensamento lingüístico ocidental, marcadamente logocêntrico, seja um empreendimento tornado possível pela idéia de sentido literal, sentido este que não passa do que autores como Arrojo e Rajagopalan (1992, p. 48) chamam de metáfora primordial, considero relevante para os propósitos deste trabalho a forma como a Análise de Discurso Crítica, na perspectiva de Fairclough (2001, 2003), concebe os processos metafóricos. O autor define a metáfora como uma forma particular de estruturação da realidade. Essa forma de compreensão da metáfora não deixa de ser interessante para analisarmos o que autores como Paul de Man chama de “uso e abuso da

linguagem”. Para o autor, “o uso e o abuso da linguagem não podem ser separados um do outro” (De MAN, 1992, p. 26).

Nessa perspectiva, e a título de esclarecimento, o que se entende habitualmente por literalidade do sentido está sendo pensado aqui como metáfora primordial, restando, pois, ao conceito de metáfora a idéia de forma específica de arranjo que manifesta, por sua vez, uma forma específica de investimento de sentido, que revela, a seu turno, uma forma específica de representação. Logo, o que estarei chamando de processos metafóricos neste trabalho constitui, no fim das contas, formas específicas de arranjos ou investimentos de sentido, o que constitui a própria atividade da linguagem, o seu modo mesmo de funcionamento.

Assim, embora o conceito de metáfora posto por Fairclough manifeste uma visão de linguagem afinada com o realismo crítico, considero a idéia de metáfora como forma específica de estruturação do mundo relevante para os propósitos deste trabalho, uma vez que este autor chama a atenção para as implicações de todo processo de metaforização do que se entende habitualmente por realidade.

Fairclough lembra que um dos marcos definidores no interior das práticas discursivas, e além delas, é a forma como um domínio particular da experiência é metaforizado. Da mesma forma, mudanças na metaforização do que se entende por realidade constituem, segundo o autor, um aspecto importante da mudança discursiva com implicações culturais e sociais significativas. Ainda sobre a relevância desse tipo de significação, o autor observa que “algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas no seu discurso, pensamento ou ação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 241).

2. Mídias e outras esferas sociais: visibilidade, tensão e conflito

Embora sejam historicamente concebidos como lugar de mediação, do ponto de vista ético-político, os meios de comunicação de massa do outros campos sociais. No *campo dos media*, como em toda esfera discursiva, os processos discursivos, embora condicionados pelas regras que comandam o que deve e o que não deve ser enunciado, se dão a partir de escolhas e estratégias, o que evidencia, assim, a inescapável dimensão ética de todo processo de significação. O aspecto político diz respeito ao fato de se tratar de uma esfera discursiva enunciando sobre outras e constituindo com elas o lugar do múltiplo, uma pluralidade de campos que vão configurar o mosaico social. A relação que o campo do media estabelece com outros define um tipo de visibilidade que mostra um grau maior ou menor de tensão.

Enquanto campo social bem definido, com regras próprias de funcionamento, o campo social *dos media*, pela própria simbólica que o constitui, vai manter com os outros campos sociais relações de tensão e conflito permanentes. Com relação ao campo político essa tensão é bastante marcada do ponto de vista discursivo.

De acordo com Rodrigues (1997, p. 155), diferentemente da natureza da legitimidade dos campos sociais pré-modernos, a legitimidade do *campo dos media* tem uma natureza particular: ela é predominantemente vicária ou delegada. Segundo o autor, a fonte de legitimidade desse campo é consequência de um “processo de autonomização de uma parte das funções de mediação dos outros campos sociais, autonomização exigida pelo processo generalizado de disseminação das esferas da experiência no mundo moderno”.

Ao autonomizarem-se nas sociedades modernas, estas funções de mediação constituem-se, no entanto, como uma ordem axiológica própria e, por conseguinte, como esfera legítima autônoma. Corresponde deste modo à exigência estratégica de articulação entre os valores legítimos divergentes e por vezes conflituais dos diferentes campos em concorrência (RODRIGUES, 1997, p. 155).

Nesse sentido, acrescenta o autor, a legitimidade específica do *campo dos media* se dá em função da elaboração, gestão, inculcação e sanção dos valores de representação, transparência e legibilidade do mundo da experiência numa sociedade cujo traço principal é exatamente a natureza fragmentada da experiência do mundo. Para isso, continua Rodrigues, é necessária a elaboração de normas de apagamento cuidadoso e de sistemático silenciamento das dimensões simbólicas que integram o processo de enunciação. Para o autor, essas dimensões simbólicas são suscetíveis de por em xeque “o direito à representação e à transparência universal do campo, assim como de travar ou, pelo menos, de parar o processo de instauração desses valores” (RODRIGUES, 1997, p. 155).

Ao contrário da opacidade e da reserva que define a especificidade simbólica dos outros campos, o princípio que define a simbólica do campo dos media é o da transparência, princípio intimamente relacionado com o processo dessacralizante da modernidade, indispensável à sua pretensão à universalidade e à formação dos consensos (RODRIGUES, 1997, p. 157).

Assim, dessacralização e transparência são, segundo o autor, os mecanismos que comandam o processo de ritualização do campo dos media, um processo que consiste na geração de modalidades estereotipadas de funcionamento desse campo.

Mas, *o campo dos media*, como qualquer outro, não escapa à condição de ator político que se constitui num conjunto de tensões sociais, que tem um tipo específico de inscrição histórica que deve ser visto em função da forma como participa da luta hegemônica ou da luta pelo controle e manutenção do sentido (Ferreira, 2007, p. 19). Embora os *media* reivindiquem para si a tarefa de mostrar os fatos sem neles interferir, como se estes existissem independentemente de uma prática discursiva específica e dos interesses que a regulam, esses dispositivos, por constituírem um campo social como outro qualquer, em termos de inscrição histórica e luta hegemônica, não escapam aos embates e contradições sociais. Isso faz com que a função de mediação dos media na modernidade se torne a principal fonte de tensão entre esse campo e as demais esferas sociais.

Nesta perspectiva este trabalho traz alguns elementos para uma discussão sobre como os *media* agem discursivamente com as armas simbólicas de que dispõem e como essa ação discursiva, em sua materialidade lingüística, pode ser analisada a partir do tipo de embate político-ideológico que caracteriza a sua relação com o campo político, uma relação que é reivindicada como devendo ser pautada pela vigilância.

Enquanto ator social e político, a ação discursiva dos media deve ser vista, em sua dimensão estratégica, a partir dos interesses que comandam a sua forma específica de inscrição histórica no fluxo da luta hegemônica. Enquanto ator político que participa dos embates sociais, sua ação discursiva se dá no sentido de tornar hegemônica uma determinada forma de compreensão das coisas. Para isso, põe em cena um conjunto de regras que mostram como funciona a gramática dos jogos de linguagem que caracterizam esse domínio discursivo.

3. As regras do jogo de linguagem jornalístico

Um dos pressupostos que sustentam a enunciação jornalística é a crença na existência de fatos e na possibilidade de sua objetivação via linguagem. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa são vistos historicamente como constituindo um lugar de mediação que teria como tarefa apresentar os fatos sem qualquer intervenção nesse processo. Temos aqui a idéia clássica de representação como apresentação lingüística da coisa, no caso do “fato”. Para a realização desse trabalho de representação no sentido clássico do termo, duas regras são fundamentais: objetividade e neutralidade.

Embora o conceito de objetividade seja pensado de muitas formas na teoria da comunicação, atendo-me à sua abordagem clássica, ou seja, a que diz respeito à dicotomia informação x opinião. Em síntese, a tudo o que diz respeito à uma narrativa em terceira pessoa livre de qualquer julgamento de valor ou de opinião, como se as próprias escolhas lingüísticas não constituíssem, em si, já um ponto de vista de observação do sujeito que enuncia.

A noção de objetividade remete, assim, à discussão que Rodrigues faz sobre a legitimidade específica do *campo dos media* que, segundo o autor, se dá em função da elaboração, gestão, inculcação e sanção dos valores de representação, transparência e legibilidade do mundo da experiência. Nesse sentido, a objetividade diz respeito ao direito delegado, reconhecido de uma representação no sentido clássico do termo.

Com relação à regra da neutralidade, conforme observa Lima (2002, p.2) não bastam aos *media* a tarefa de narrar ou relatar com transparência os fatos relativos aos diferentes campos sociais. Eles precisam se constituir como um lugar neutro, onde não há tomada de posição, mas apenas a concessão de um espaço para que outros atores sociais possam enunciar. Os *media* funcionam, assim, como um lugar que pertence ao mesmo tempo a todos e a ninguém. A neutralidade seria, portanto, outra especificidade da enunciação jornalística.

Outra especificidade da enunciação jornalística, segundo a autora, é a idéia de atualidade. Ou seja, a seleção do que deve ser notícia se dá em função do tempo em que ocorreu o suposto fato. De maneira geral, é preciso que o fato seja recente para ser transformado em notícia. A temporalidade dos *media* compreende, assim, o que *foi* há pouco, o que *é* agora e o que *será* em breve. Neutralidade, objetividade e atualidade constituem, portanto, algumas das regras fundamentais que não só tornam possível a enunciação jornalística, como mostram porque esse tipo de enunciação comporta um poder simbólico tão grande.

4. O trabalho de investimento de sentido dos *media* e suas estratégias

De acordo com Lima (2002, p. 1-18), como o trabalho de investimento de sentido consiste num processo de modalizar, organizar e referenciar, três estratégias discursivas (hierarquização, referenciação e modalização) atuam no processo de construção de efeitos de sentido, a partir de duas operações que constroem as modalidades de dizer dos *media*: agendamento e auto-referenciação.

Com relação à questão do agendamento, a autora observa que, se se considera que os *media* são atualmente os dispositivos que comandam a publicização dos inúmeros campos sociais, caberia então a esses dispositivos o papel de agendar os fatos sociais de acordo com o que se considera atual. A operação de agendamento consiste na escolha que os *media* fazem dos “fatos” sociais que devem virar notícia. Tal operação remete à teoria dos *agenda-setting*, desenvolvido pela sociologia

da comunicação, segundo a qual se os *media* não dizem *como* devemos pensar, indicam ao menos, *sobre o que* devemos pensar. Logo, todo trabalho de agendamento envolve um trabalho de inclusão e exclusão, de concessão e de negação de voz, de visibilidade e apagamento. Os efeitos de sentido dependem, assim, de como esses elementos serão articulados.

O ato de agendar configura, segundo a autora, duas armas simbólicas: a antecipação dos acontecimentos e a vigilância constante dos *media* sobre as demais instituições e também sobre os dispositivos de comunicação que disputam a notícia. A autora observa que

Ao trazer para a cena pública aquilo que estava oculto nas outras esferas sociais, os *media* não só predizem os acontecimentos, mas também se convertem no próprio olhar vigilante que se subjetiva no olhar do cidadão, invertendo e domesticando a própria ordem vigilante do poder”. A autora lembra ainda que “antecipar e vigiar são duas armas que só se realizam na prática discursiva dos *media* porque eles assumem na modernidade a tarefa de dar visibilidade aos diferentes campos sociais (LIMA, 2002, p.).

Sendo a visibilidade um dos princípios legitimadores dos *media*, o que se traduz na função de relatar o que acontece no espaço público, ela passa a funcionar também como uma poderosa e dissimulada arma simbólica de construção e de produção do controle dos *media* sobre os demais campos sociais. Essa arma simbólica funciona de forma dissimulada, porque se baseia no controle da informação, na supervisão e no monitoramento das atividades dos demais campos sociais. Daí a relação entre mídia e outros campos sociais ser constantemente tensa e conflituosa.

5. O governo Lula na mídia: as primeiras representações

Depois de três tentativas sem sucesso nos anos de 1989, 1994 e 1998, a eleição do presidente Lula, em 2002, foi um marco na história política brasileira, por diversas razões. Pela primeira vez na história política do país, chega à presidência da república um homem cujo perfil inclui, entre outras coisas, ser um ex-retirante nordestino, um ex-torneiro mecânico e um dos fundadores de uma das maiores centrais sindicais do país, a CUT, e do Partido dos Trabalhadores (PT), partido pelo qual se elegeu presidente da república. Por todo o seu perfil e sua trajetória, a figura política de Luiz Inácio Lula da Silva tem rendido os mais diversos objetos de estudo, nos mais variados domínios.

A discussão que segue consiste num apanhado de resultados parciais de uma pesquisa que tem como objeto a análise da forma como a mídia brasileira construiu sentidos para dois episódios que foram significados como dois grandes “escândalos políticos” do governo Lula. Estes episódios ocorreram no primeiro mandato desse governo e ficaram conhecidos como o “escândalo do mensalão” e o “caso do dossiê”. O primeiro episódio veio à tona em 2005, por ocasião de uma denúncia de corrupção envolvendo um funcionário dos Correios e um dos políticos mais importantes da base aliada do governo, o então deputado Roberto Jefferson, do PTB. O segundo envolveu a compra de um dossiê por integrantes do Partido dos Trabalhadores que comprometia José Serra, então candidato ao governo de São Paulo pelo PSDB. Tal episódio, segundo muitos especialistas, na forma como foi construído midiaticamente, acabou gerando o segundo turno da eleição presidencial de 2006.

Neste tópico, apresento algumas considerações a respeito do primeiro episódio e tomo como referência apenas as capas de um dos veículos analisados na pesquisa, a saber, a revista *Veja*. Antes, porém, apresento algumas considerações sobre como o governo Lula foi significado por esta revista,

no início de seu primeiro mandato, e, a título de comparação, como a mesma revista significou as duas primeiras semanas do governo FHC. Vejamos, inicialmente, as capas referentes às duas primeiras semanas do governo Lula:



Figura 1: capas das edições 1784 (08-01-2003) e 1785 (15-01-2003)

Como podemos ver, a capa da edição da revista *Veja* referente à primeira semana do governo Lula traz como título “Lula-de-mel” e como subtítulo “a partir de agora começa a cobrança”. A capa traz uma foto do presidente e de sua esposa, Marisa Letícia, no carro, com a faixa presidencial, acenando para a multidão. Embora Lula e sua esposa estejam no centro da foto, suas figuras misturam-se com o povo ao fundo e com a imagem de papel picado. A imagem, bastante colorida, sugere a idéia de festa, reforçada pelo título Lula-de-mel. Embora o título e a imagem gerem um efeito de sentido de festa, de alegria, de vitória, o subtítulo “a partir de agora começa a cobrança”, mostra que este governo começa então a carregar o peso de ser testado pelas cobranças que serão feitas. O subtítulo mostra a arma simbólica midiática da vigilância firmemente apontada para o governo que se inicia.

A edição seguinte de *Veja*, que corresponde à segunda semana do governo Lula, além de trazer uma imagem jocosa, tem como título, em letras destacadas, “trapalhadas na decolagem” e como subtítulo “o show de factóides no começo do governo Lula”. A imagem da capa, o título e o subtítulo já posicionam o referente discursivo em questão, no caso, o “governo Lula”, no espaço do patético, do jocoso, do burlesco, do caricato. Além do referente discursivo em questão ser posicionado dessa forma, o título “trapalhadas na decolagem” gera a suposição de que outras trapalhadas estariam por vir durante a viagem, que já teria começado mal. A combinação de cores dessa capa reforça a idéia do patético e do jocoso.

Observemos o contraste produzido pela combinação do amarelo com o vermelho. Como se sabe, a combinação das cores primárias, amarelo e vermelho, gera atração e posterior repulsa, recurso semiótico bastante utilizado, por exemplo, na combinação de cores dos *fast-foods*. Um outro elemento que merece destaque nesta capa é a mistura de tons que, neste caso, cria um efeito de desordem. A disposição das figuras apresenta falta de sincronia. A imagem sugere confusão, o que pode produzir um efeito de descrédito em relação aos referentes em questão. Outra informação interessante nestas capas é o fato do governo Lula aparecer rodeado dos membros mais importantes de seu governo, sugerindo a idéia de dependência do governo em relação ao trabalho desses líderes.

Vejam agora, a título de comparação, como foram produzidas as capas da mesma revista referentes às duas primeiras semanas do governo de Fernando Henrique Cardoso.



Figura 2: capas das edições 1373 (04-01-1995) e 1374 (11-01-1995).

A primeira capa apresenta a imagem suntuosa da cadeira presidencial, com duas bandeiras, uma em cada lado, um fundo negro, um tapete vermelho que se estende da cadeira presidencial adiante e os seguintes título e subtítulo: “Presidência: o que é, sua origem, seus poderes, seus limites”. O fundo negro contrastado com o vermelho do tapete cria um efeito de imensidão, de imprecisão, de dificuldade, que o presidente, naturalmente, terá de enfrentar, uma vez ocupando o lugar máximo do poder executivo. O título e o subtítulo, por sua vez, fazem referência ao que é o lugar da presidência, sua origem, seus poderes e seus limites. Ou seja, embora faça referência aos poderes de um presidente, destaca também a idéia de limite desse poder, o que gera o pressuposto de que o presidente não tem condições, sozinho, de resolver todos os problemas de um país por conta da interdependência dos poderes e de uma série de questões.

Na edição seguinte, a revista traz como capa a imagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, de pé, com as mãos na cintura, em posição de alguém que encara firmemente um desafio. O fundo da imagem é branco, criando um efeito de transparência. O título, em destaque, acima da imagem do presidente, traz o seguinte texto: “FHC arregança as mangas”. O subtítulo, posto ao lado da figura do presidente traz: “a arrancada do presidente, em meio à chantagem do senado, pressão por cargos, vaidades e o desafio de mudar o Brasil”.

Além da imagem e da combinação de cores gerarem efeitos de sentido como competência, transparência, firmeza, determinação, vontade política, o título “FHC arregança as mangas” gera imediatamente o efeito de sentido de um chefe do executivo que está pronto para trabalhar duramente pelo país. Essa idéia é reforçada pelos sentidos do subtítulo, quais sejam, a arrancada do presidente, sua firmeza em relação à chantagem do senado, à pressão por cargos, às vaidades e em relação à sua própria vontade de mudar o Brasil.

Feitas estas observações sobre a forma como a revista em questão construiu sentidos para os dois governos, no início de seus mandatos, vejamos agora como a referida revista propôs sentidos para o que foi significado como um dos maiores escândalos de corrupção na história do país e como o maior “escândalo político” no governo Lula, o “caso do mensalão”.

Com relação a este episódio, uma observação mais detida dos processos de significação mobilizados para sua construção aponta não só para um efeito de desqualificação e de desmoralização do governo e de seu partido, mas também para uma possível assimilação desse governo com o governo Collor, que renunciou em 1992, por conta de um escândalo de corrupção. Se compararmos o conjunto das edições que abordam o episódio do mensalão (a retórica das capas, das imagens, as escolhas lingüísticas em si) com a edição da mesma revista que saiu na segunda semana do governo Lula, cujo título da capa é “Trapalhadas na decolagem”, percebemos que o processo de desqualificação desse governo começa bem antes do surgimento das primeiras denúncias de corrupção.

Com o episódio do “mensalão”, o espaço simbólico do objeto discursivo “governo Lula”, instaurado inicialmente pelos sentidos do jocoso, do patético, do burlesco, passou a ser também constituído pelo sentido de incompetência moral, política e administrativa. O “escândalo do mensalão” foi construído de forma a mostrar que esse episódio tinha tudo para ser concebido como o corolário lógico da eleição de um governo que, pela própria origem, não tinha condições de ser diferente. Esse governo, desde o início trapalhão e desastroso, agora era visto como moralmente incompetente. A tese da desqualificação estava finalmente provada. Desqualificação aqui consiste na negação da legitimidade de outras vozes que disputam o mesmo espaço discursivo, neste caso, não só relativo ao campo da política, mas também ao governo Lula, à sua administração, aos membros desse governo, que precisariam cair um a um por conta de serem também moralmente desqualificados. Só a título de exemplo, um jornal britânico, no auge do episódio do “mensalão”, chegou a decretar o fim da era Lula no Brasil.

6. O percurso de construção do “escândalo do mensalão” e a retórica das capas: nomeação, imagem e metáfora

No caso do corpus desta pesquisa, o processo de construção do “escândalo do mensalão” envolveu 14 (quatorze) edições da revista *Veja*. A edição que traz o estopim do escândalo é a de número 1905, de 18 de maio de 2005. Esta edição, que tem como reportagem de capa a luta do ator Raul Cortez contra um câncer, traz, acima da imagem do ator, uma foto de Maurício Marinho, funcionário dos Correios, flagrado recebendo propina de dois supostos empresários para permitir sua entrada no seleto rol das empresas fornecedoras de equipamentos para os Correios. Ao lado da foto de Mauricio Marinho aparece o seguinte texto: “Exclusivo: o vídeo da corrupção em Brasília. A incrível seqüência do dinheiro saindo das mãos do corruptor para o bolso do corrupto. Mais: diálogos inesquecíveis”. Neste flagra, Marinho, funcionário dos Correios ligado ao deputado Roberto Jefferson, então presidente do PTB e aliado do governo Lula, revela esquemas de corrupção nos Correios envolvendo a contratação de empresas fornecedoras de equipamentos para a estatal e a ligação entre esses esquemas e a figura de Roberto Jefferson.

O texto que abre a reportagem tem como título “O homem-chave do PTB”. O subtítulo traz o seguinte: “o caso que se vai ler e ver (e ouvir em www.veja.com.br) é um microcosmo da corrupção no Brasil. Dá arrepios pensar que a mesma coisa está ocorrendo agora em milhares de outras repartições, prefeituras, câmaras municipais...”. Curioso é que a reportagem praticamente não faz referência aos supostos empresários que forjaram o flagra. Em nenhum momento da reportagem a revista deixa claro quem são esses empresários, de onde surgiram e a troca de que armaram o esquema para flagrar Mauricio Marinho.

A rigor, a edição que inicia o processo de construção do “escândalo do mensalão” é a de número 1906, de 25 de maio de 2005, em que aparece, pela primeira vez, a expressão “mesadas”. A capa estampa, em letras grandes, o título “Corruptos” e o subtítulo “Estamos perdendo a guerra contra esta praga”. A imagem é a de um homem de paletó e gravata, com um charuto na mão e a cabeça de um rato. O homem-rato aperta a gravata enquanto ri sarcasticamente. A capa tem um fundo vermelho, a cor-símbolo do Partido dos Trabalhadores. Ao lado da imagem do homem-rato aparecem os seguintes textos:

- O PAVOR DA CPI, acompanhado de “Delúbio Soares e Sílvio Pereira, operadores do PT, não escapariam das investigações”,
- AS “MESADAS”, acompanhado de “Só de uma estatal, Roberto Jefferson, do PTB, exigia 400.000,00 reais por mês” e
- MICROCÂMERAS, acompanhado de “Aprenda a flagrar um corrupto”.

A edição seguinte traz na capa a imagem do deputado Roberto Jefferson, o grande mentor do esquema de corrupção nos Correios. O título da reportagem é “O homem bomba”. O subtítulo da reportagem traz: “Se for incriminado pela CPI dos Correios, Jefferson ameaça levar junto Dirceu, Sílvio e Delúbio, do PT”.

A edição seguinte traz como reportagem de capa um caso de corrupção envolvendo a Amazônia. O título e o subtítulo da reportagem são: “Corrupção – Amazônia à venda: petistas presos aceitavam propina de madeireiros que devastavam a floresta”. A edição mostra que a corrupção envolvendo o partido do governo se estende agora a outros órgãos. A edição posterior traz como reportagem de capa as figuras de Roberto Jefferson e de Delúbio Soares, num efeito dominó. A reportagem tem como enfoque a figura de Delúbio Soares, o tesoureiro do PT e a primeira figura-chave do partido a se afastar de seu cargo por conta do escândalo em questão. O título e subtítulo da reportagem são respectivamente “Quem mais? Com uma CPI instalada e outra a caminho, a pergunta agora é qual será o rosto do próximo escândalo”. O fundo da capa é vermelho, novamente em referência à cor-símbolo do Partido dos Trabalhadores. Vejamos a seqüência dessas quatro primeiras capas.



Figura 3: capas das edições, respectivamente: 1906 (25-5-2005), 1907 (01-6-2005), 1908 (8-6-2005), 1909 (15-6-2005).

A capa seguinte traz a imagem do presidente Lula em estado de decrepitude com os seguintes título e subtítulo: “Tem concerto? Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e sua biografia”. A capa traz uma imagem do presidente envelhecida, decrépita e com rachaduras na

cabeça. O fundo é a imagem de um céu cinzento e soturno. O nome da revista aparece em cor amarela, reforçando ainda mais o tom sombrio e medonho da capa. É a imagem de um político em ruínas.

A edição seguinte traz uma curiosidade. No centro da capa aparece o brasão da república com a estrela do PT ao centro e a sigla do partido no meio da estrela. Logo abaixo, o texto: “República Federativa do Zé, 1º de janeiro de 2003”. O texto faz referência ao início do governo Lula. Logo abaixo vem o título em letras destacadas “O grande erro” e o subtítulo em letras minúsculas “Confundir o partido com o governo”. O curioso é que no centro da capa aparece a sigla do PT, em destaque, no centro da estrela vermelha e logo abaixo o título “o grande erro”. A primeira leitura que se faz da capa é: PT: O GRANDE ERRO, e não “O grande erro: confundir o partido com o governo”.

A edição seguinte traz a imagem do empresário Marcos Valério, o homem acusado de ser o operador do mensalão, nome dado ao dinheiro que o PT supostamente distribuía aos deputados do PP e do PL. O título e subtítulo da reportagem são: “O elo se fecha. Documento é a peça que faltava para provar que Marcos Valério e o PT são um só quando o assunto é dinheiro. Ele avalizou um empréstimo milionário para o partido e até pagou uma parcela”. Vejamos a sequência das três capas:



Figura 4: capas das edições 1910 (22-6-2005), 1911 (29-6-2005) e 1912 (6-7-2005).

Nas edições seguintes, o alvo é o presidente Lula. A edição de número 1913, de 13 de julho de 2005 traz uma imagem jocosa do presidente, coçando o canto direito do bigode e com um olhar que sugere cumplicidade. O título da reportagem é “Ele sabia?”. Os textos que seguem este título são: “Pesquisa: 55% dizem que Lula sabia da corrupção” e “48% acham que o PT é um partido desonesto”. Logo abaixo vem a seguinte manchete: “Flagrante no aeroporto: dirigente do PT é preso com 100.000,00 dólares na cueca”. A capa tem um fundo amarelo. Segundo Guimarães (2004, p. 156), o amarelo, além de símbolo de alerta, é relacionado à loucura, à mentira, à traição. De acordo com Michel Pastoureau, citado por Guimarães (idem), o amarelo é “a cor dos traidores, dos cavaleiros desleais, dos falsos moedeiros [...], cor dos fura-greves, dos trabalhadores que atraçoaram em favor do patronato”.

A edição seguinte, a de número 1914, de 20 de julho de 2005, continua enfocando a figura do presidente, que dessa vez aparece de perfil, negra, com o contorno da cabeça arrepiado. A cor predominante é o preto, sugerindo trevas e escuridão. O título e subtítulo da reportagem são:

“Mensalão. Quando e como Lula foi alertado”. A edição seguinte traz novamente a figura de Marcos Valério. A cor predominante é o cinza, que toma parte do rosto pálido do empresário. O título e subtítulo da reportagem são: “A chantagem. 200 milhões para ficar calado”.

O amarelo é novamente a cor que predomina na edição posterior, a de número 1916, de 3 de agosto de 2005, que traz na capa José Dirceu, com um olhar que sugere vergonha e tristeza. Vejamos a seqüência dessas capas:



Figura 5: capas das edições 1913 (13-7-2005), 1914 (20-7-2005), 1915 (27-7-2005) e 1916 (3-8-2005).

As edições vistas até então nos fazem lembrar o percurso de abordagem, pela mesma revista, do esquema de corrupção que levou à renúncia do presidente Collor, em 1992. As edições de número 1917, de 10 de agosto de 2005, e a de número 1918, de 17 de agosto de 2005, mostram que, se houve um esforço de assimilar o governo Lula ao desastroso governo Collor, este processo de assimilação teria chegado ao seu ponto culminante nestas edições. O corolário lógico desse processo de assimilação seria o de que o governo Lula, mesmo tendo a origem que tinha, era tão corrupto e moralmente desqualificado quanto o governo Collor, cassado em 1992, sob a acusação de envolvimento com um dos maiores esquemas de corrupção já noticiados pela mídia brasileira. Vale lembrar que a crise política que levou ao *impeachment* o presidente Collor, em 1992, foi desencadeada pela entrevista que seu irmão, Pedro Collor, concedeu à revista *Veja*. Essa entrevista gerou a CPI PC-Collor, cuja consequência mais radical foi a renúncia do então presidente Fernando Collor de Melo. Vejamos as edições que coroam o processo de construção do “escândalo do mensalão”:



Figura 6: capas das edições 1917 (10-8-2005) e 1918 (17-8-2005).

A edição de número 1917, de 10 de agosto de 2005, traz como título apenas o nome Lulla, com a letra L duplicada em verde e amarelo, em referência ao nome Collor, no mesmo formato em que ficou conhecido na campanha de 1989, com o seguinte texto logo abaixo: “sem ação diante do escândalo que devorou seu partido e paralisou seu governo, Lula está em uma situação que já lembra a agonia da era Collor”. Logo acima do nome Lulla, que aparece em destaque, com letras que tomam boa parte da capa, aparece também uma foto pequena do presidente, de cabeça baixa, sugerindo sentimentos de tristeza e de vergonha em um olhar para baixo. A foto minúscula sugere que o governo restava pequeno e frágil diante do escândalo que, segundo a revista, tinha devorado seu partido e paralisado seu governo. Essa sugestão de pequenez colocada pela imagem pode ser também associada à idéia de incompetência moral, política e administrativa de um governo que, justamente por ter a origem que tinha (ou embora tivesse; vale lembrar que essa origem é, no fim das contas, apropriada pelo dispositivo midiático em questão de forma ambígua), não teria competência suficiente para governar sem esquemas de corrupção, como o que está sendo noticiado.

A edição 1918, de 17 de agosto de 2005, representa o ponto culminante do processo de construção do escândalo político em questão. A capa traz a imagem do presidente sugerindo constrangimento e desolação. O título é bem sintomático de um processo de construção que poderia ter culminado com a aprovação do pedido de *impeachment* para o presidente: “A luta de Lula contra o *impeachment*”. O subtítulo traz o seguinte texto: “A defesa do presidente na televisão não convence e ele perde a chance de explicar o escândalo”. A palavra “*impeachment*” aparece em destaque e na cor amarela, a “cor dos traidores” e dos “cavaleiros desleais”. Na parte superior da capa, também sobre um fundo amarelo, os seguintes textos: (1) “Duda Mendonça diz que a campanha de 2002 foi paga com dinheiro sujo”, (2) “Preso, Toinho da Barcelona, doleiro do PT, quer contar tudo na CPI” e (3) “Hélio Bicudo: ‘Lula é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete’”. A capa dessa edição é peremptória no que diz respeito ao que deveria ser a conclusão lógica de todo esse processo: o *impeachment* do presidente que veio das classes e movimentos populares e que provou não ser moralmente competente para estar à frente do país.

Em termos gerais, o trabalho preliminar de análise sugere que a apropriação do episódio do “mensalão” pela mídia em questão deu-se menos para mostrar o episódio como um exemplo de práticas historicamente viciadas que acontecem na esfera político-administrativa brasileira, desde tempos imemoriais, em grande parte devido ao tipo de sistema político brasileiro ainda em vigor, e mais como uma prova cabal de um estado de deterioração moral e corrupção que havia tomado todo um partido e, conseqüentemente, todo um governo.

Referências

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FERREIRA, R. **Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo**. Fortaleza: Eduece, 2007.

GUIMARÃES, L. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 3. ed. São Paulo: Anna Blume, 2004.

_____. **As cores na mídia**: a organização da cor-informação no jornalismo. São Paulo: Anna Blume, 2003.

LIMA, R.L.A. **Vozes em cena**: as disputas simbólicas de sentido no espaço público mediatizado. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/handle/1904/18654>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

MAN, P. A epistemologia da metáfora. In SACKS, S. (Org.). **Da metáfora**. Trad. Franciscus W. A. M et al. São Paulo: Educ/Pontes, 1992, pp.19-34.

PASTOREAU, M. Couleurs, images, symbols: études d'histoire et d'anthropologie. Paris: Le Léopard d'or, 1989 apud GUIMARÃES, L. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 3. ed. São Paulo: Anna Blume, 2004.

RAJAGOPALAN, K. & ARROJO, R. A noção de literalidade: metáfora primordial. In ARROJO, R. (org). **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes Editores, 1992, pp.47-55.

RODRIGUES, A.D. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

THOMPSON, J.B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

